

## **EXPERIÊNCIAS DIFERENCIADAS DA POBREZA EM UM REGIME ESCRAVISTA: PORTO ALEGRE, FINS DO SÉCULO XVIII**

### **DIFFERENTIATED EXPERIENCES OF POVERTY IN A SLAVE REGIME: PORTO ALEGRE, LATE 18TH CENTURY**

Luciano Costa Gomes<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pesquisa aborda processos de empobrecimento por parte de famílias oriundas de segmentos sociais intermediários no sul da América portuguesa. A documentação é composta por registros de óbitos, róis de confessados e alguns requerimentos à Fazenda Real. A metodologia empregada é a procura nominal em diferentes documentos, a partir da qual foi possível identificar se os pobres possuíam cativos. A hipótese é a de que um delimitado conjunto de famílias pobres de Porto Alegre se originava dos segmentos sociais intermediários, os quais dispunham de propriedades, como a posse de pessoas escravizadas. Apesar disso, essas famílias também enfrentaram algum nível de carência material. Este trabalho deseja oferecer uma contribuição aos estudos das experiências de livres não pertencentes às elites luso-americanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** pobreza; pobres; escravidão.

**ABSTRACT:** This research addresses processes of impoverishment among families from intermediate social segments in the south of Portuguese America. The documentation is made up of death records, some requests to the Royal Treasury and lists of confessed people. The methodology used is the nominal search in different documents, from which it was possible to identify whether the poor had captives. The hypothesis is that a limited group of poor families in Porto Alegre originated from intermediate social segments, which had property, such as the ownership of enslaved people. Despite this, these families also faced some level of material deprivation. This work aims to offer some contribution to the study of the experiences of free people who do not belong to the Portuguese-American elites.

**KEYWORDS:** poverty; poor; slavery.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (PPGH-UFRGS) e, atualmente, professor da Educação Básica na RME de Porto Alegre. Contato: [prof.lucianocg@gmail.com](mailto:prof.lucianocg@gmail.com). A presente pesquisa foi realizada sem financiamento.

A historiografia brasileira empenhou-se, nas últimas décadas, a revelar as estratégias empregadas por agentes históricos que ascenderam socialmente no interior da hierarquia social dos períodos colonial e imperial. Contamos com importantes obras que estudaram a transição do cativo à liberdade e a ascensão econômica e social de indivíduos livres e libertos. A mobilidade social de pessoas não-pertencentes às elites poderia depender, dentre vários fatores, do acesso a ofícios ou cargos, do estabelecimento de vínculos sociais estratégicos ou da movimentação geográfica, fosse da metrópole às colônias, fosse dos centros coloniais em direção a áreas de fronteira (FARIA, 1998; FARIA, 2000; LARA, 2007; SOARES, 2009; MACHADO, 2010; LIBBY; FRANK, 2015; GUEDES, 2017; MARQUES, 2018; GOMES, 2018).

Ao considerar o caráter sistemático da possibilidade de ascensão social aberta a diferentes agentes sociais no Brasil escravista, desejamos estudar a experiência do empobrecimento por aqueles que conheceram algum nível de ascensão na escala econômica e social. Nosso espaço de estudo é a freguesia de Porto Alegre, no período de pouco mais de duas décadas após sua fundação.

Porto Alegre foi instalada no eixo das rotas comerciais que cortavam o Rio Grande de São Pedro e o ligava às demais áreas coloniais. A localidade foi criada no ano de 1772 para ser um centro político, militar e econômico, motivo pelo qual nela circulavam homens e mulheres livres e libertos, soldados e oficiais militares, marinheiros e comerciantes, artesãos e peões. Junto ao pequeno centro urbanizado onde se concentrava a maior parte da população, a freguesia também contava com um entorno agrário composto por pequenos e médios produtores que cultivavam trigais, roças de feijão e milho e arvoredos frutíferos, bem como criavam rebanhos de gado. Sua população cresceu rapidamente entre 1780 e 1802, pois passou de uma estimativa de 1769<sup>2</sup> para 3927 habitantes, o que resulta na elevada taxa de crescimento 3% por ano. Desde seu princípio, a localidade era escravista, pois a maioria dos domicílios contava com cativos e, estes, representavam uma parcela significativa da

---

<sup>2</sup> A estimativa foi elaborada pelo fato de o mapa de 1780 não contabilizar os menores de sete anos. Ver GOMES, 2012, p. 37.

população adulta (FREITAS, 2017; SCOTT, 2022; SIRTORI; GIL, 2009; ELIAS, 2013; GOMES, 2012).

Dessa população tão diversa, muitos indivíduos e famílias acabaram por se ver em situação de miséria. Ao identificar os falecidos descritos como pobres no livro de óbitos, procuramos por seus nomes nos róis de confessados, o que permitiu levantar informações relativas à posse de cativos por parte de três dezenas de famílias. Nossa hipótese é a de que uma parcela dos pobres de Porto Alegre era oriunda dos segmentos sociais intermediários, formados por famílias que possuíam propriedades. Neste caso, o acúmulo de patrimônio privado vivenciado por elas ocorreu sem necessariamente impedir o surgimento de fatores capazes de levar ao empobrecimento. Para além de uma maioria de pessoas que passou a viver sob a condição de carência por não poder trabalhar, havia uma menor parte de famílias que contava com o acesso à escravidão ou a alguns privilégios sociais como meios para arrefecer os piores impactos da carência.

No primeiro tópico debateremos o desenvolvimento da complexidade social na América afro-portuguesa em fins do século XVIII e a necessidade de pensarmos o modo de aplicação para o caso ora estudado dos úteis conceitos de pobreza propostos por Jean-Pierre Gutton (1974) e Isabel Sá (2000). No segundo, apresentaremos nossa hipótese e debateremos sobre os documentos e a metodologia empregada. No terceiro tópico, apresentaremos os resultados da pesquisa quantitativa elaborada, os quais permitem definir o limite material que separava as famílias empobrecidas das que evitaram a carência. No quarto e último tópico, serão elaboradas três trajetórias de empobrecimento vivenciados por famílias pertencentes aos segmentos intermediários. Um dos nossos objetivos é o de demonstrar matizes no interior dos grupos subalternos, tal qual realizou Cacilda Machado (2010) ao analisar o *Primeiro Livro de Óbitos de Curitiba*, quando enfatizou a possibilidade de produção de diferenças sociais no interior do grupo de não-brancos em uma região periférica.

### **Diferenciação social em uma sociedade estamental e escravista, conceito de pobreza e justificativa da hipótese**

O estudo dos segmentos sociais livres e libertos pobres ou detentores de pequenas propriedades ocupou uma posição marginal na historiografia brasileira por muito tempo. Para Caio Prado Júnior (2000), os livres pobres tornaram-se socialmente marginais devido ao sentido da colonização. Laura de Melo e Souza (2015), ao entender que os “vadios” só participaram do processo da colonização quando coagidos pelas autoridades, avaliou que os pobres formavam um amplo grupo social anômico e heterogêneo<sup>3</sup>.

Foi especialmente a partir dos anos 1970 que ocorreu uma mudança nos estudos sobre os livres, quando novas pesquisas revelaram um universo social complexo que ia para além do binômio senhores e escravos. Os estudos de demografia histórica em São Paulo analisaram de modo sistemático o amplo segmento populacional formado por famílias livres não-proprietárias de escravos e que desenvolviam atividades ligadas à produção para subsistência (MARCÍLIO, 2000; 2006; BACELLAR, 2001).

Durante os anos 1980, a partir de listas populacionais, pesquisadores como Francisco Vidal Luna e Iraci da Costa (1982) e Stuart Schwartz (1988) demonstraram o amplo acesso da população livre junto ao mercado de cativos em localidades de Minas Gerais e da Bahia. Esses e outros autores que se seguiram evidenciaram o predomínio dos pequenos e médios senhores de escravizados e como estes possuíam parte expressiva das escravarias locais<sup>4</sup>. Como regra, os inúmeros senhores e senhoras de poucos cativos foram vistos como um segmento social detentor de poucos recursos econômicos, mas não necessariamente marginais ao sistema escravista. Por sua vez, as pesquisas sobre a estrutura econômica realizadas a partir do levantamento de inventários evidenciaram que havia posse de patrimônio por uma parcela significativa da população livre e liberta em diferentes regiões do Brasil, apesar da extrema concentração de riqueza (FRAGOSO, 1998; OSÓRIO, 2007; ALMEIDA,

<sup>3</sup> Para uma crítica dessa concepção, ver: SOARES, 2009, p. 98s; MARQUES, 2018, p. 20ss.

<sup>4</sup> Sobre o assunto, sugerimos a consistente revisão bibliográfica encontrada em MOTTA, 1999.

2010).

Nos últimos anos, surgiram trabalhos que apontaram para a consolidação de segmentos sociais intermediários nas décadas finais do século XVIII. Em alguma medida, pode-se dizer que o advento desse tema se deu a partir dos estudos sobre a inserção social de negros e pardos libertos ou livres. Por exemplo, Márcio Soares (2009), em estudo sobre os pardos de Campos de Goitacazes, demonstra como os pardos poderiam estar localizados nas “faixas intermediárias da hierarquia social” a partir do exercício de ofícios, do acúmulo de bens – inclusive agrários – e da posse de terras. Mais recentemente, Douglas Libby e Zephyr Frank (2015), ao acompanharem sete gerações descendentes de uma africana liberta, demonstraram que essa família poderia ser classificada como pertencente a “grupos socialmente intermediários”, pois contava com razoável nível de autonomia diante das elites, estratégias parentais próprias e acesso a cargos e ofícios.

Para o caso do Rio Grande de São Pedro, dois estudos recentes abordaram o conjunto populacional livre pertencente a segmentos sociais intermediários. A partir de pesquisa sobre a população da vila Rio Grande em fins do século XVIII, Rachel Marques (2018) demonstrou como o grupo de “intermediários sociais”, formada por pequenos e médios proprietários, representava uma referência social diante de indivíduos ou famílias livres ou libertas, pobres ou escravizados. Ao estudar produtores rurais de Porto Alegre e Viamão, no mesmo período, Luciano Gomes (2018) demonstrou como os lavradores “remediados” e “ricos” possuíam estratégias sociais, econômicas e políticas diferentes tanto da de lavradores pobres quanto da de criadores-lavradores, a elite regional.

O debate bibliográfico acima realizado demonstra o caráter complexo da sociedade afro-luso-americana do século XVIII, bem como a consolidação de *segmentos sociais intermediários*, o que torna necessário elaborar uma mediação para o uso do conceito de pobreza a ser adotado nesta pesquisa, encontrado nas obras de Jean-Pierre Gutton e Isabel Sá. Em estudo sobre a pobreza na França moderna, Jean-Pierre Gutton (1974, p. 8-9), define que um

processo iniciado por uma “queda” (decorrente de doença, velhice ou morte) poderia fazer com que indivíduos ou famílias deixassem de ser “*simples paupérisables*” (os simples empobrecidos), os quais trabalhavam para obter o sustento diário, e se tornassem “*véritables pauvres*” (verdadeiros pobres), os infelizes que ultrapassavam o limite da carência e eram socialmente marginalizados.

Para o caso português da Era Moderna, Isabel Sá (2000) adota uma concepção semelhante à de Gutton ao diferenciar a pobreza estrutural da conjuntural. A pobreza estrutural se refere ao conjunto das pessoas fisicamente incapazes de superar a pobreza (doentes, idosos, crianças) ou que se encontram em uma situação muito adversa no mercado de trabalho (mulheres solitárias em um regime social patriarcal, por exemplo). Ainda que consigam desenvolver algumas atividades econômicas, os pobres estruturais dependem de esmolas e ajudas de instituições de caridade para conseguirem sobreviver. Por sua vez, a pobreza conjuntural compreende a maioria das pessoas que dependem do trabalho dos adultos chefes de famílias (principalmente homens em um regime social patriarcal) para ter acesso ao sustento diário. Na falta de trabalho, a miséria pode se tornar uma realidade. Isabel Sá estima que algo em torno de três quartos da população portuguesa da Era Moderna vivia sob a condição da pobreza conjuntural, ou seja, apenas o contínuo trabalho evitou o risco da miséria. Já aqueles que caíam na pobreza estrutural poderiam assumir diferentes perfis sociais, como os mendigos, os dependentes de esmola, os vagabundos, os que não possuíam casa. Também havia aquelas pessoas que não podiam viver à estatura de seu status social e, por isso, eram chamados de “pobres envergonhados”. Dentre os pobres se destacavam as mulheres – viúvas, casadas abandonadas ou mães solteiras – que chefiavam domicílios com rendimento familiar insuficiente (SÁ, 2000, p. 459s).

Diferentes pesquisas fortalecem a concepção de que a impossibilidade para o trabalho poderia levar ao empobrecimento. Dentre os perfis sociais mais afetados pela miséria encontram-se os idosos, em geral, os atacados por doenças graves e as mulheres solitárias (principalmente viúvas e/ou

acompanhadas de filhos pequeno ou doentes para cuidar), como demonstra a documentação relativa aos irmãos pobres atendidos pela portuguesa Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfema (BRAGA, 2014, 14-18) e pela também portuguesa Ordem Terceira de Coimbra, entre 1861 e 1926 (SILVA; MARQUES, 2018, p. 339-342). Semelhante era o perfil dos pobres que buscavam atendimento médico ou isenções de impostos junto à municipalidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, estado da recém fundada república do Brasil, entre 1903-1913 (ROSSI, 2019, p. 237, 241-244). Em um mundo baseado na responsabilidade privada de se garantir a sobrevivência, os azares indesejados da vida – a doença, o enfraquecimento físico decorrente do avançar dos anos e a morte –, poderiam encurtar o caminho de indivíduos e famílias em direção à pobreza.

Em síntese, Jean-Pierre Gutton e Isabel Sá apresentam uma mesma concepção de pobreza: a maioria da população precisava trabalhar para conseguir sobreviver e aqueles que não o pudessem corriam o risco cair na miséria. Semelhante entendimento nos afasta da suposição de que livres pobres podiam ou contar com a proteção ou agregação junto às elites terratenentes, ou arrancar-se nos matos, de modo a viver ociosamente. No entanto, o emprego dessa concepção precisa considerar os impactos das estratégias de ascensão social e econômica desenvolvida agentes subalternos da América afro-lusitana de fins do século XVIII. Nesse sentido, ao estudar a pobreza, nosso objetivo é o de pensar a diferenciação no interior da população livre.

A partir do debate bibliográfico acima proposto, adoraremos duas camadas de classificação socioeconômica para a população ora estudada. A primeira será baseada na propriedade, tomando-se a posse de cativos como parâmetro para distinguir despossuídos e proprietários, bem como para escalonar os escravistas (LUNA; COSTA, 1982; SCHWARTZ, 1988; MOTTA, 1999, GOMES, 2012). As famílias ou indivíduos registrados com pequenas e médias propriedades serão classificadas como pertencentes aos segmentos sociais intermediários (SOARES, 2009, p. 109ss; MARQUES, 2018, p. 108ss). A segunda camada será baseada na identificação do grupo populacional livre

que corria risco de cair em condição de miséria se não tivesse condições de trabalhar, seguindo aqui a definição de “pobreza conjuntural” proposto por Isabel Sá (2000).

Ao sobrepor as duas camadas de classificação socioeconômica, poderemos avaliar qual a extensão da pobreza conjuntural no conjunto da freguesia de Porto Alegre. Nossa hipótese é a de que a pobreza conjuntural abarcava deste despossuídos até uma parcela das famílias ou indivíduos provenientes dos segmentos sociais intermediários. No próximo tópico, explicaremos detalhadamente esta hipótese e nossa metodologia.

### Hipótese, documentação e metodologia

Nossa hipótese é a de havia um conjunto de pessoas que pertenciam a famílias que acumularam algum patrimônio ao longo de suas vidas, inclusive cativos, mas que enfrentarem situações adversas que acabaram por lhes fazer cair na condição de miséria. Ainda assim, essas famílias possuíam recursos que as diferenciavam dos demais empobrecidos. Para testar esta hipótese, levantamos informações de três conjuntos documentais: os livros de óbitos, os róis de confessados e os requerimentos à Fazenda Real. As informações foram sistematizadas a partir do cruzamento nominal, o que permitiu realizar uma análise quantitativa e, outra, qualitativa. Nas próximas páginas, apresentaremos os documentos utilizados e o papel dos párocos no registro da pobreza. Na sequência, apresentaremos a metodologia empregada e a detalharemos a hipótese a ser testada.

O termo histórico chave nesta pesquisa é o de “pobre”, bem como as expressões sinônimas de “enterrado por esmola” ou “enterrado por amor de Deus”, encontrados no *Primeiro Livro de Óbitos* da freguesia<sup>5</sup>. O segundo conjunto documental é formado pelos róis de confessados<sup>6</sup>, nos quais podem ser encontradas informações relativas à presença de pessoas escravizadas nos

---

<sup>5</sup> Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). *Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre*.

<sup>6</sup> AHCMPA. *Róis de confessados de Porto Alegre* de 1779, 1780, 1781, 1782, 1791 e 1792.

domicílios da localidade. O terceiro, por fim, é formado pelos Requerimentos feitos à Fazenda Real<sup>7</sup>, documentação que oferece subsídios para uma análise qualitativa.

Nesta pesquisa, o pároco é a figura central para compreender a produção dos referidos documentos. Sob o padroado régio, ele era o responsável pelo registro dos ritmos da vida do povo e devia tomar nota de nascimentos, casamentos e óbitos. Anualmente, precisava registrar a preparação dos fregueses para o ritual da Páscoa, tarefa que terminava com a elaboração do rol de confessados, um dos documentos utilizados nesta pesquisa. No rol, eram listados os domicílios da localidade e cada um de seus residentes, o que permite o estudo de padrões demográficos da população, incluindo o estudo da distribuição da posse de cativos (SIRTORI; GIL, 2009; GOMES, 2012; FREITAS, 2017). A própria existência dos róis é indicadora do potencial conhecimento dos párocos sobre a freguesia, na medida em que este era obrigado a visitar às famílias para fazer o registro.

Quando bem informado da vida dos fregueses, o pároco se tornava uma peça importante na execução de políticas voltadas ao atendimento dos pobres. Essas políticas surgiram na Europa da Era Moderna a partir da atuação de alguns governos no contexto de um debate iniciado no século XIV e intensificado no XVI, no qual a pobreza passou a ser vista como um problema político e social (GEREMEK, 1986, p. 94; HESPANHA, 2010, p. 244-247). Tanto em regiões católicas quanto protestantes, havia três princípios que regiam a política para os pobres: proibição da mendicância, centralização da beneficência e trabalho obrigatório para os aptos. Se foram criadas as *workhouses* para controlar os pobres saudáveis, os hospitais destinavam-se ao cuidado dos pobres inválidos (KAMEN, 1986, p. 193ss; GEREMEK, 1986, p. 102s). Em Porto Alegre, no período ora estudado, existia o Hospital Militar de sua Alteza Real de Porto Alegre (FRANCO, 1992, p. 142), cujas funções estão especificadas na carta real de fundação do Hospital da Fazenda Real de Rio

---

<sup>7</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Manuscritos da Fazenda Real, maços 25 e 26, Requerimentos ao provedor.

Grande, datada de 1753 (AHRs, 1995, p. 133).

No fundo dos Manuscritos da Fazenda Real, pertencente ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, encontram-se solicitações de ajuda feitas ao provedor da Fazenda Real por pessoas que passavam por necessidades. Semelhante documentação permite-nos problematizar o papel do pároco na definição institucional de pobreza. Escolhemos alguns documentos pertinentes aos anos de 1782 e 1783, os primeiros disponíveis para o período, os quais apresentam informações suficientes para debater a questão.

Como regra, as pessoas em situação de vulnerabilidade solicitavam alimentos e/ou medicamentos à Fazenda Real. De acordo com cada tipo de solicitação, o provedor da Fazenda poderia exigir certidões do vigário da paróquia e do cirurgião-mor do Hospital. Se este devia confirmar a existência de enfermidades, aquele deveria informar se os solicitantes viviam sob a pobreza. À margem da solicitação de Francisco Tomas, o provedor Inácio Osório anotou a seguinte exigência: “Ajunte certidão do reverendo vigário da pobreza que alega e do (cirur)gião da tropa da moléstia que padece”<sup>8</sup>. Em outro requerimento, a parda forra Maria Inácia revela-se conhecedora dos trâmites burocráticos ao afirmou que “o vigário da freguesia já conhecia sua situação de pobreza”<sup>9</sup>.

O vigário, portanto, era institucional e socialmente reconhecido como a autoridade capaz de identificar as condições de vida de uma parte da população<sup>10</sup>. Particularmente, a vinculação entre as duas instituições (Provedoria e Igreja) revela o cuidado que o uso do termo “pobre” exigia por parte das autoridades. Isso porque, desde a Idade Média, a pobreza representava uma figura jurídica na legislação portuguesa que concedia certos privilégios: os pobres estavam isentos dos pagamentos de custas de chancelaria, de jugadas, de fintas para cuidado dos enjeitados e de contribuições para o transporte de

<sup>8</sup> AHRs. Manuscritos da Fazenda Real, maço 26. *Requerimentos ao provedor*. Doc. 140.

<sup>9</sup> AHRs. Manuscritos da Fazenda Real, maço 26. *Requerimentos ao provedor*. Doc. 143.

<sup>10</sup> Tal reconhecimento não implicava possuir o conhecimento de toda a população que transitava na freguesia. De José Tomas de Santa Ana, homem pobre, o vigário afirmou “não alcancei mais notícia que ser solteiro e natural da Bahia”. AHCMPA. Registro de óbito de José Tomas de Santa Ana de 08 de julho de 1790. Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, folha 102v.

presos. Como vimos, ser pobre também era um critério para o recebimento de caridade pública (SÁ, 2001, p. 457; HESPANHA, 2010).

O mesmo cuidado para qualificar alguém como “pobre” também era exigido no registro dos livros de óbito. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* encontra-se a orientação para que haja pagamento da esmola por cada ofício realizado em nome dos falecidos (VIDE, 1853, Título XLIX, parag. 834 e 835). Para os párocos, quando do registro do óbito no livro, havia a obrigação de informar se o falecido fizera ou não testamento ou se “era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola” (VIDE, 1853, Título XLIX, parag. 834 e 835). A esmola era obrigatória, mas os pobres dela estavam isentos. O registro de testamentos ou de estado de pobreza torna os livros de óbitos importantes para o estudo da desigualdade social no mundo católico moderno (TAVARES, 1983; MACHADO, 2008), assim como as informações do local do enterro e de pertencimento a irmandades (NASCIMENTO, 2006; MEIRELLES, 2016).

Para o pároco, classificar alguém como pobre significava conceder um privilégio e abrir mão do valor monetário destinado à fábrica da paróquia. Isso só poderia ocorrer se o falecido realmente se encontrasse em situação miséria. Ao considerar o conhecimento esperado do pároco sobre seu rebanho e seu poder de oferecer a isenção da esmola, temos motivos para considerar que as pessoas classificadas como pobres nos registros de óbitos eram conhecidas do pároco, o qual tinha ciência de suas reais dificuldades materiais. Nesse sentido, tomaremos o termo “pobre” encontrado nos óbitos como um indicador da situação de “pobreza estrutural” (SÁ, 2000). Se esses falecidos foram reconhecidos como incapazes de pagar a esmola exigida pelo ritual católico, então provavelmente também tinham dificuldades para garantir o próprio sustento de forma autônoma.

Nesta pesquisa, analisaremos o *Primeiro Livro de Óbitos* de Porto Alegre, que compreende o período entre os anos de 1772 e 1795 e inclui 801 registros de indivíduos livres ou libertos. Excluídas as crianças e os soldados que faleceram durante a guerra de 1776, somam-se 522 adultos, dos quais 147

receberam classificações de pobreza<sup>11</sup>. Excluído o período de 1780 a 1788, quando escasseiam os registros de pobreza, os pobres somam 42% dos falecidos. Para melhor dimensionar o significado desse valor, podemos compará-lo com o caso da freguesia portuguesa de Ribeira Seca. Nesta localidade, durante a segunda metade do século XVI, houve um período de bonança no qual os pobres totalizaram 27% dos falecidos, seguido por outro marcado por crises na produção cerealífera, quando os pobres chegaram a 41% dos falecidos (TAVARES, 1983, p. 51s). Como a taxa de pobres de Porto Alegre assemelha-se à ribeiragrândense do período de crise, podemos afirmar que o tamanho proporcional da população de pobres da localidade ora estudada é indicativo de um contexto de disseminada carência material.

Em linhas gerais, a população adulta e pobre estudada é predominantemente masculina (razão de sexo de 188 homens para cada 100 mulheres) e envelhecida (a média etária é de 46 anos); viúvos e casados, juntos, somam dois terços da totalidade, enquanto as naturalidades mais comuns são formadas por nascidos na América portuguesa (42%, dos quais nenhum nasceu na localidade) e nas Ilhas dos Açores (30%). Esses dados são reveladores do predomínio de imigrantes homens e adultos na formação da freguesia de Porto Alegre, já observada por Ana Silvia Scott e demais colegas (SCOTT; FREITAS; SILVA, et al, 2009) e Dario Scott (2022). A ampla presença de casados e viúvos, por sua vez, está relacionada à particularidade da migração açoriana para a região, que foi formada por uma maioria de famílias nucleares.

Existem importantes análises baseada nos livros de óbitos de Porto Alegre, como as teses de Mara Nascimento (2006) e a de Dario Scott (2022) e a dissertação de Pedro Meirelles (2016). Os trabalhos de Nascimento e Meirelles oferecem um rico debate sobre estrutura social feito a partir do estudo de testamentos e locais de sepultamento, enquanto a tese de Scott apresenta uma rigorosa análise demográfica referente a cem anos da história da cidade. Uma

---

<sup>11</sup> A base de nosso levantamento foi a transcrição disponível no projeto *Resgate de Fontes Paroquiais*, organizado pelos professores Fábio Kuhn e Eduardo Neumann (2000). Nós realizamos a conferência dos registros com as fotocópias do documento original, disponível na página *Family Search*, e verificamos que alguns registros de pobreza não foram incluídos na transcrição. Essa operação permitiu recuperar cerca de 30 registros de pobreza.

análise da estrutural populacional a partir das informações presentes no referido livro pode ser encontrada no já mencionado artigo escrito por Ana Silvia Scott, Denize Freitas, Jonathan Silva e demais colegas (SCOTT; FREITAS; SILVA, et al, 2009).

Ao analisar os dados disponíveis, precisamos ficar atentos ao fato de que os registros de pobreza contemplavam realidades diferenciadas. Como corretamente observaram Denize Freitas e Jonathan Silva em seu estudo sobre as estratégias de pobres em Porto Alegre, a pobreza sob o Antigo Regime possuía um caráter contextual: era pobre não só o que “não era rico”, como também o nobre que não conseguisse “sustentar com decoro sua dignidade” (FREITAS; SILVA, 2019, p. 189). A importância da relativização dos indicadores de pobreza foi apontada por Pedro Meireles (2016) em seu estudo sobre os registros de óbitos das sete primeiras décadas Porto Alegre, no qual o autor evidencia que ser enterrado no cemitério não é indicativo seguro de baixa posição social, considerando o predomínio de pessoas livres enterradas no adro e no cemitério.

Ao entender o termo “pobre” como indicador seguro de pobreza estrutural, pretendemos listar o conjunto dos falecidos pobres para, depois, identificar sua origem social. Estabelecemos a seguinte metodologia: levantamos os registros de óbito de indivíduos casados e viúvos declarados como pobres; levantamos alguns requerimentos feitos à Fazenda Real por pessoas autodeclaradas pobres; a seguir, ao dispor da lista dos nomes de casais pobres, procuramo-los nos róis de confessados. Na medida em que os nomes foram encontrados, compulsamos o tamanho das posses de cativos. Graças aos róis de confessados, o conjunto de famílias poderá ser dividido em dois grupos: os despossuídos e os proprietários de cativos. Em seguida, duas alternativas metodológicas se abriram: a quantificação dos dados encontrados e, posteriormente, a elaboração de trajetórias de vida.

Ao organizar esse conjunto de informações, poderemos testar nossa hipótese, segundo a qual uma parcela dos falecidos pobres possuía cativos e, deste modo, era oriunda do segmento social dos proprietários. Como

imaginamos que o aumento da posse de bens e investimentos por parte de uma pessoa tenda a diminuir sua chance de empobrecer, supomos que a maioria dos proprietários pobres sejam aqueles senhores de poucos cativos, os quais pertenciam ao que a historiografia recentemente tem designado como segmento social intermediário. Ao estudar as trajetórias de vida dos pobres que possuíam mais cativos, pretendemos testar se eles realmente estavam a passar necessidades materiais. Se o resultado for afirmativo, teremos um reforço ao argumento de que tanto despossuídos como pequenos proprietários enfrentavam o risco de empobrecimento caso não pudessem trabalhar.

### Posse de cativos e pobreza

Nós procuramos os pobres do *Primeiro Livro de Óbitos nos Róis de Confessados de Porto Alegre* dos anos de 1779, 1780, 1781, 1782, 1791 e 1792 no intuito de saber se eles possuíam cativos. O resultado da pesquisa levou à identificação dos *falecidos pobres encontrados nos róis*, a unidade de análise deste tópico. Para garantir segurança na associação entre os nomes, selecionamos apenas os casos de pobres casados ou viúvos. Partimos da expectativa de que quanto maior fosse a faixa de posse de cativos, menor seria a frequência de pobres encontrados. Essa expectativa foi confirmada, como veremos. Ao todo, encontramos 31 indivíduos, os quais representam 21% dos pobres do referido livro. Vinte deles possuíam cativos, ou 14% dos pobres. Dos requerimentos ao provedor, encontramos sete famílias, quatro delas proprietárias de cativos.

A identificação dos *falecidos pobres encontrados nos róis* permitirá comparar a distribuição da posse de cativos nesse grupo à do conjunto da freguesia. A comparação oferecerá um indicativo dos segmentos de senhores de escravos que corriam o risco de empobrecer, ou seja, que participavam da pobreza conjuntural ou potencial (SÁ, 2000). Nossa expectativa é a de que a maioria dos pobres seja oriunda dos segmentos de despossuídos e de detentores de poucos cativos.

Nossa metodologia não é isenta de problemas. Um deles é o fato de que os dados de falecidos pobres encontrados nos róis somam três dezenas de unidades e serão confrontados aos conjuntos de domicílios dos róis que somam de duas a quatro centenas de unidades. Como nosso objetivo é o de verificar se os pobres estão concentrados ou não entre os pequenos proprietários de escravos, a comparação revela-se útil ao estabelecer um parâmetro seguro para avaliar os dados disponíveis. Apresentaremos os resultados no formato de porcentagem pois, apesar de ser inadequado para um universo de dados inferior a cem unidades, facilitará a comparação dos valores.

Ainda que nosso estudo ignore os inúmeros pobres conjunturais que circulavam pelo Rio Grande de São Pedro, desejamos oferecer uma análise baseada em um conjunto de dados seguros, ainda que pouco numerosos. Para isso, tomamos algumas precauções: comparamos a transcrição dos óbitos utilizada com os registros originais para assegurar que encontraríamos todos os pobres falecidos, conforme mencionamos na nota 11 do tópico anterior; decidimos trabalhar apenas com falecidos casados e viúvos, de modo a confirmar a associação de cada caso pela coincidência do nome dos dois cônjuges; depois de elaborar a lista dos nomes encontrados nos dois conjuntos documentais, revisamos a pesquisa para confirmar as associações encontradas e garantir que não deixamos ninguém de fora. Deste modo, é bastante provável que o conjunto dos 31 pobres casados ou viúvos falecidos represente o limite do que pode ser encontrado. Dito isso, passemos à análise.

**Tabela 1 - Pobres casados e viúvos conforme tamanho da posse de escravos em Porto Alegre (1772-1795)**

Tamanho da posse escrava	Pobres do Livro de Óbitos (1772-1795)	Pobres dos Requerimentos ao Provedor (1782-3)
Sem cativos	11	3
1	12	2
2	5	0
3	1	1
4	1	1
5	1	0
Soma	31	7

Fontes: AHCMPA. *Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre*; AHCMP. *Róis de confessados de Porto Alegre* de 1779, 1780, 1781, 1782, 1791 e 1792; AHRS. Manuscritos da Fazenda Real, maços 25 e 26, Requerimentos ao provedor.

Os dados obtidos no *Primeiro Livro de Óbitos* garantem maior consistência à análise devido ao caráter serial do documento. Do conjunto das 31 famílias de pobres dos óbitos encontrados nos róis, pouco mais de um terço não possuía cativos; valor semelhante detinham apenas um. Há uma proporção menor de proprietários de dois a cinco (um quarto) e nenhum com seis ou mais cativos. Portanto, a distribuição dos dados é pouco fragmentada, pois está concentrada no extremo mais pobre da escala econômica, conforme a expectativa.

Antes de apresentarmos os dados relativos à posse de cativos por parte de casados e viúvos, precisamos apresentar algumas características da posse de escravos na história da freguesia. Em Porto Alegre, a escravidão era uma instituição plenamente arraigada desde sua fundação e caracterizada por ampla disseminação de pequenas propriedades. De acordo com o *Rol de Confessados de 1782*, os cativos somavam 38% da população, 62% dos domicílios continham cativos e os pequenos proprietários detinham 66% das escravarias; segundo o *Rol de 1792*, os valores correlatos são de 40, 52 e 73%, respectivamente (GOMES, 2012, p. 98, 104). Passado o período em que se encerra o marco temporal desta pesquisa, as características gerais da distribuição da posse cativa permanecessem as mesmas em 1814, pois a maioria dos domicílios continha cativos, os pequenos proprietários predominavam, enquanto a população escravizada chegou a 47% do total (ELIAS, 2013, p. 80ss).

Na próxima tabela, apresentaremos a distribuição relativa da posse de cativos exclusivamente entre pessoas casadas e viúvas, comparando os dados dos falecidos pobres encontrados nos róis ao conjunto da freguesia informado nos *Róis de 1782 e 1792*.

**Tabela 2 - Distribuição dos domicílios de pessoas casadas e viúvas conforme posse de escravizados em Porto Alegre**

Faixa de posse de cativos	Pobres do Livro de Óbitos encontrados nos Róis		
	(1772-1795)	(1782)	(1792)
Sem cativos	35,5	38,8	37,9
1	38,7	13,3	16,5
2	16,1	12,8	13,6
3 a 5	9,7	19,9	17,7
6 ou mais	0,0	15,3	16,0
Total	100,0	100,0	100,0

**Fontes:** Tabela 1; AHCPMA. *Róis de confessados de Porto Alegre* de 1782 e 1792.

Ao comparar a posse de escravos dos pobres falecidos à estrutura de posse do conjunto da localidade, podemos constatar que os despossuídos e os que detinham um ou dois cativos somam 90% dos falecidos pobres, mas representavam 65% dos domicílios da freguesia. As faixas de proprietários de três a cinco congregam apenas 10% dos falecidos pobres, mas somam 20% dos domicílios. As faixas que detinham até dois cativos estão sobrerrepresentadas entre os pobres, enquanto os detentores de três a cinco estão sub-representados. Os proprietários de seis ou mais cativos não estão representados entre os falecidos pobres. Em síntese, os pobres casados ou viúvos identificados são, predominantemente, despossuídos ou senhores de até cinco pessoas. Os proprietários de seis ou mais não empobreceram nesse período.

É importante observar que posse de três a cinco cativos revela-se uma faixa de transição social e econômica entre pequenos e médios proprietários, pois seus “membros” até poderiam empobrecer, mas isso ocorria de modo menos frequente. A explicação para tal fenômeno pode estar relacionada à conformação da mão-de-obra nos domicílios detentores desse número de cativos. Conforme constatou Luciano Gomes (2012, p. 158ss) em estudo sobre o *Rol de Confessados de 1782*, em média, o número de escravos sobrepujava o de livres nos domicílios rurais que contavam com três cativos ou mais. Nesse sentido, a partir dessa faixa, a posse de escravizados era capaz de modificar as condições de vida e de trabalho dos proprietários.

A partir desses dados, podemos rerepresentar nossa metodologia e estabelecer uma estimativa da pobreza conjuntural na freguesia de Porto Alegre. Os róis de confessados permitem elaborar patamares socioeconômicos baseados na propriedade de cativos, enquanto os óbitos dão acesso às famílias que se encontravam sob a condição de “pobreza estrutural”. Ao procurar os falecidos pobres nos róis, podemos contabilizar suas posses escravistas e tomá-las como parâmetro para delimitar a população que corria risco de empobrecer caso não tivesse condições de trabalhar, a chamada “pobreza conjuntural” (SÁ, 2000).

Os autores que estudaram a estrutura da posse de cativos em Porto Alegre observaram a pequena dimensão das escravarias entre 1779 e 1814, motivo pelo qual consideraram pequenas aquelas propriedades que detivessem até quatro membros, enquanto as médias continham de quatro a nove pessoas (GOMES, 2012; ELIAS, 2013). Como apenas um falecido pobre se encontrava na faixa dos senhores de propriedades médias, concluímos que a pobreza conjuntural (ou potencial) abarcava desde os despossuídos e até os pequenos proprietários de cativos.

A partir de semelhante parâmetro e baseados na totalidade dos fogos da freguesia, podemos dizer que a população que perigava cair em situação de miséria se não tivesse mais condições de trabalhar compreendia 88 e 86% dos domicílios nos anos de 1782 e 1792, respectivamente<sup>12</sup>. Apenas os médios e os grandes proprietários de escravos conseguiam escapar ao risco do empobrecimento, os quais somavam respectivamente 14 e 12% dos fogos. Considerando que na Europa pré-moderna um mínimo de 75-80% da população estava sujeita ao risco de cair na condição de pobreza (JUTTE *apud* SÁ, 2000, p. 456), os dados encontrados para Porto Alegre são reveladores de uma pobreza conjuntural elevada no seio de sua população no período considerado e que incluía, até mesmo, uma parcela de famílias oriunda do segmento social intermediário.

---

<sup>12</sup> No ano de 1782, o total de domicílios somavam 247 unidades, das quais 94 não apresentavam cativos e 123 detinham entre 1 e 4 cativos. No ano de 1792, os valores correlatos são de 419, 202 e 160 unidades domiciliares, respectivamente.

Para aprofundar nossa análise, vamos estudar as experiências de empobrecimento vividas pelos pobres falecidos detentores de três a cinco cativos. Semelhante empreitada permitirá tanto questionar os fatores que levavam à condição de carência como testar a qualidade dos dados utilizados.

### **O empobrecimento de famílias escravistas**

Vamos resumir nosso argumento até agora. Dissemos que dos párocos temos a expectativa de terem conhecido ao menos uma parte de seu rebanho, visto que não apenas batizavam, confessavam, crismavam, casavam e davam a extrema-unção aos seus fregueses, como visitavam anualmente os domicílios para realizar as listas de confessados. Tal conhecimento auxiliava-os no momento de aplicar políticas voltadas aos pobres, como o benefício de não precisar pagar a esmola devida aos rituais de falecimento ou receber ajuda material da Fazenda Real. Ao cruzar as informações produzidas pelos párocos, conseguimos informação, positiva ou não, sobre a posse de cativos por parte de trinta e um falecidos pobres.

Mas será que, eventualmente, os vinte escravistas pobres encontrados não enganaram o padre e obtiveram de forma inadequada a isenção da esmola? Ana Silvia Scott observou, em estudo sobre açorianos moradores de Porto Alegre no período colonial, que algumas famílias poderiam reivindicar estrategicamente a condição de pobreza em demandas junto a autoridades, de modo a facilitar o deferimento de pedidos. Havia, inclusive, pessoas autodeclaradas pobres e que possuíam cativos (SCOTT, 2022, p. 253s). Em nossa pesquisa, encontramos uma lavradora viúva intimada pelo juiz de órfãos que justificou não ter ido abrir inventário por ser pobre<sup>13</sup>. No entanto, ela seguramente não enfrentava qualquer carência, pois possuía terras, alguns escravizados, filhos adolescentes que moravam consigo e outros adultos casados que residiam na vizinhança.

---

<sup>13</sup> Inventário de Francisco Jose Flores, 1783, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 104. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Ao considerar a objeção de Ana Scott, precisamos demonstrar que os escravistas pobres aqui estudados realmente estavam a enfrentar a carência material. Para dar conta desse problema, utilizamos a metodologia da pesquisa nominal em diferentes documentos, a qual permite juntar “peças” da vida de uma pessoa ou família, elaborar uma trajetória minimamente coerente e, por este modo, refletir de forma mais complexa sobre experiências dos agentes históricos (LEVI, 1996; MACHADO, 2008). Nós elaboramos as trajetórias de três famílias que faziam parte dos escravistas que empobreceram de modo menos frequente, isto é, aqueles que possuíam de três a cinco cativos. Nós procuramos informações sobre as seguintes questões: mudança no patrimônio ao longo do tempo, incluindo cativos e terras; proporção de membros ativos e inativos no domicílio (CHAYANOV, 1974); vínculos sociais; falecimentos na família. Nosso objetivo é o de, para além de identificar que elas foram incapazes de pagar a esmola do funeral, testar se essas famílias passavam por dificuldades.

O primeiro caso é o do casal de lavradores formado por Mateus Inácio de Oliveira e Margarida Josefa, os quais encontraram na migração das ilhas portuguesas atlânticas para Santa Catarina uma oportunidade para melhorar de vida<sup>14</sup>. Após uma difícil trajetória, obtiveram terras no Continente do Rio Grande de São Pedro quase vinte anos depois de sua chegada ao local. Ao longo da década de 1780, encontramos indícios de que o casal conseguiu acumular patrimônio. Conforme o *Rol de confessados de 1780*, constam no registro do casal três crianças com menos de seis anos e três cativos adultos, dois deles com 19 anos. Segundo a *Relação de Moradores de Porto Alegre de 1785*<sup>15</sup>, o casal possuía uma data de terras e mais de cinquenta cabeças de animais, sendo 40 as cabeças de reses. Sua propriedade era mediana para os padrões da época.

No entanto, a situação muda ao longo da década de 1790. De acordo

---

<sup>14</sup> Para uma síntese, ver SCOTT, 2022.

<sup>15</sup> Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1785 e os borradores de 1785, Códice F-1198A, AHRS; Relação de moradores que têm campos e animais no Continente, Códice 104, v. 7, ANRJ.

com o *Rol de Confessados de 1792*, os cativos Manuel e João (nomes diferentes dos cativos da década anterior) foram qualificados como menores. No ano de 1793, Mateus Inácio faleceu e foi declarado como “muito pobre” em seu registro de óbito<sup>16</sup>. Em 1796, o jovem cativo crioulo Manuel, de 15 anos, faleceu de morte repentina<sup>17</sup>. Em 1797, de acordo com a *Relação de moradores* desse ano<sup>18</sup>, a viúva Margarida Josefa possuía apenas 15 cabeças de animais e um único trabalhador escravizado.

Encontramo-nos diante de um casal de pequenos produtores que não conseguiu manter nem a posse escrava nem o patrimônio agrário no período de uma década e saiu da condição de pobreza conjuntural para a estrutural (SÁ, 2000). Desconhecemos os motivos do empobrecimento, se gastos relacionados à doença ou insuficiência das rendas obtidas com a produção agrícola, acompanhada por dívidas junto a comerciantes. De qualquer forma, o fato é que o padre reconheceu no falecido alguém pobre, incapaz de manter seu sustento e, por isso, isento de pagar a esmola devida ao ritual religioso.

O segundo caso diz respeito à trajetória do casal Antônio Machado Neto e Maria Antônia, outro casal de açorianos que receberam datas de terras, mas que moravam na zona urbanizada da freguesia no início da década de 1780. Em novembro de 1790, Antônio Machado faleceu aos setenta anos e deixou um testamento<sup>19</sup>. Como pontuou Mara Nascimento (2006), a presença do testamento pode ser tomada como um indicativo de que sua família viveu um período de bem-estar econômico, ao menos por um tempo de sua vida. Semelhante leitura é confirmada pelo o *Rol de Confessados de 1782*, no qual consta que o casal possuía cinco cativos.

No entanto, a família provavelmente enfrentava dificuldades, pois a viúva Maria Antônia não teve a mesma sorte de seu marido. Ao falecer em 1795 e receber o último registro do livro, foi escrito que ela “não fez testamente

<sup>16</sup> AHCMPA. Registro de óbito de Mateus Inácio de Oliveira de 24 de novembro de 1793. Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, folha 161v,

<sup>17</sup> AHCMPA. Registro de óbito de Mateus Inácio de Oliveira de 24 de novembro de 1793. Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, folha 222v.

<sup>18</sup> Relações de moradores de Porto Alegre de 1797, Códice F-1198A, AHRS.

<sup>19</sup> AHCMPA. Registro de falecimento de Antônio Machado Neto em 12/11/1790, Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, Folha 107v.

por pobre” e foi sepultada na Matriz em cova de fábrica”<sup>20</sup>. Mas será que estamos a falar de uma família que passou da condição de pobreza conjuntural para a estrutural? É um caso curioso, pois encontramos-nos diante de uma mulher pobre enterrada em um local de destaque social. Porém, o contexto familiar aporta dados que permitem responder positivamente a essa pergunta. As informações que respondem à questão foram encontradas em duas tragédias ocorridas vinte anos antes do falecimento da viúva. Em termos da materialidade do documento, passaremos da última para a primeira folha do *Primeiro Livro de Óbitos*, onde encontramos o registro de óbito de uma das filhas do casal.

O casal Antônio Machado Neto e Maria Antônia possuía uma filha de nome Antônia Maria, nascida na Ilha Terceira e casada com Manuel Jacinto da Luz, natural da Ilha da Madeira. A filha e o genro tiveram seis crianças entre os anos de 1763 e 1773<sup>21</sup>. Este casal era bem relacionado, pois dentre os padrinhos e madrinhas de seus filhos encontramos não apenas escravistas moradores no núcleo urbanizado de Porto Alegre, como também o nobre comerciante Domingos de Lima da Veiga e sua esposa Ana Maria de Araújo Lima. O comerciante e a esposa foram escolhidos em três oportunidades, o que evidencia a forte ligação das famílias. No entanto, prováveis problemas decorrentes do parto da menina Inácia, infelizmente, levaram ao óbito de Antônia Maria quando esta contava com trinta anos<sup>22</sup>. A tragédia familiar consumou-se com o falecimento do pai das crianças um ano depois, com cinquenta anos de idade<sup>23</sup>.

Devido ao falecimento da filha e do genro, o casal Antônio Machado Neto e Maria Antônia se viu na obrigação de acolher os netos. De acordo com o

---

<sup>20</sup> AHCMPA. Registro de falecimento de Maria Antônia em 19/10/1795, Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, Folha 178v.

<sup>21</sup> AHCMPA. Registro de batismos de Jacinto, Segundo Livro de Batismos de Viamão, f. 30v; Registro de batismos de Manuel, Segundo Livro de Batismos de Viamão, f. 53v; Registro de batismos de Laureana, Segundo Livro de Batismos de Viamão, f. 79; Registro de batismos de Vicente, Segundo Livro de Batismos de Viamão, f. 92; Registro de batismos de José, Terceiro Livro de Batismos de Viamão, f. 26; Registro de batismos de Inácia, Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre, f. 4v;

<sup>22</sup> AHCMPA. Registro de falecimento de Antônia Maria em 18/08/1773, Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, Folha 1v.

<sup>23</sup> AHCMPA. Registro de falecimento de Manuel Jacinto em 14/12/1774, Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, Folha 4v.

*Rol de Confessados de Porto Alegre de 1779*, o domicílio dos avós era composto por catorze pessoas. Eles estavam acompanhados por um filho, os seis netos e cinco escravizados. Desse total, contam-se quatro crianças com seis anos ou menos (duas livres e duas cativas) e três idosos (um deles, cativo). Se metade do domicílio se encontrava fora da faixa etária produtiva, então o sustento da casa deveria recair sobre os cinco jovens e adultos ali presentes, dentre as quais se encontram duas mulheres escravizadas. As duas últimas, seguramente, encontravam-se sobrecarregadas com a maior parte da tarefa.

O último caso é o da viúva Ana Maria, que se identificou como pobre em um requerimento enviado ao provedor. Ela era casada com alguém politicamente distinto. O falecido João Peres era lotado no cargo de auditor do Regimento dos Dragões, sendo nomeado pelo Marques do Lavradio em 1772<sup>24</sup>. João Peres foi classificado como “Doutor auditor” e ela, Ana Maria, como “dona” no registro de batismo de um dos filhos do casal. O padrinho então escolhido foi o então governador da capitania<sup>25</sup>. Conforme o *Rol de confessados de 1782*, a família possuía quatro cativos adultos. Ao procurar o registro de seu falecido esposo, de 1782<sup>26</sup>, verificamos que o mesmo foi enterrado em cova da Irmandade das Almas, um indicativo de melhor inserção social (NASCIMENTO, 2006, p. 169). Diferente das duas trajetórias anteriormente apresentadas, a presente família fazia parte das rodas das elites.

Se a família era bem colocada social e politicamente, aparentemente não enfrentava uma boa situação econômica, pois o falecimento do auditor desencadeou (ou revelou) uma dificuldade doméstica. Ao solicitar ajuda à Fazenda Real, a viúva dona Ana Maria Joaquina de Jesus alegou que sob seu cuidado estavam quatro filhos e uma irmã e, em suas palavras, viviam “como é

<sup>24</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Requerimento do bacharel João Peres de Souza Coutinho Botafogo ao rei, solicitando confirmação de carta-patente do posto de auditor do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, com graduação de capitão, 12 jun. 1776. AHU\_ACL\_CU\_019, Cx. 2, D. 190. Disponível na página [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019\\_RS&Pesq=jo%c3%a3o%20peres&pagfis=1260](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=jo%c3%a3o%20peres&pagfis=1260). Acesso em 05 de dez. de 2023.

<sup>25</sup> AHCMPA. Registro de batismo de Inácio em 21/05/1778, Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 36.

<sup>26</sup> AHCMPA. Registro de falecimento de João Peres em 1º/06/1782, Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, Folha 46v.

notório na maior consternação e necessidade”, “principalmente no alimento necessário”. O provedor Inácio Osório escreveu na margem do documento que era “notória a pobreza da suplicante... digna de graça”<sup>27</sup>.

Isabel Sá (2000) apontou que na metrópole portuguesa havia um segmento formado por famílias de algum prestígio que empobreceram. Para o caso de Porto Alegre, tal fenômeno já foi identificado pois Denize Freitas e Jonathan Silva (2019), autores que encontraram “donas” pobres e sugeriram que mulheres viúvas chefes de domicílio poderiam enfrentar os riscos do empobrecimento contando com o trabalho de escravos e agregados.

Este deveria ser o caso da viúva dona Ana Maria, viúva do auditor do Regimento dos Dragões. Seu empobrecimento deve ter causado sentimentos de indulgência entre os membros da elite local. Dentre eles, o próprio provedor Inácio Osório que, junto ao governador José Marcelino, também era compadre da viúva<sup>28</sup>. Nesse sentido, é possível supor que a qualificação utilizada pelo provedor (ao usar a expressão “digna de graça”) fosse motivada não apenas pela solidariedade em relação ao infortúnio vivido por alguém que pertencia ao próprio grupo social, como pela relação de parentesco espiritual mantida junto a demandante empobrecida.

A família da dona Ana Maria, apesar do prestígio e do patrimônio, contava com muitas bocas para alimentar. O rol de confessados de 1782 confirma a sobrecarga de trabalho gerado pela presença desproporcional de crianças: João Pires de Souza, de 58 anos e a esposa dona Ana Maria, de 27 anos, estavam acompanhados por uma filha, um enteado e a cunhada, todos os três menores de nove anos. Por fim, consta o registro da agregada Francisca, uma pequena parda forra de sete anos. Não encontramos o inventário de João Pires, mas podemos supor que dona Ana Maria tenha perdido a posse de um ou dos dois escravizados homens para pagar possíveis dívidas do falecido ou para ter dinheiro sonante para o gasto diário. Para além da suposição, ela realmente perdeu cativos ao longo do tempo, pois encontrava-se acompanhada apenas

<sup>27</sup> AHRS. Manuscritos da fazenda real. Maço 26. Requerimentos ao provedor. Doc. 140

<sup>28</sup> Registro de batismo de Inácio em 17/09/1782, Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 81v, AHCMPPA.

pelas duas mulheres cativas em 1792, de acordo com o rol desse ano. Se a venda dos dois trabalhadores homens de fato ocorreu, faria com que três mulheres adultas se vissem na obrigação de sustentar quatro bocas fora da faixa etária produtiva.

As três trajetórias elaboradas apresentam famílias com perfis bem distintos. A primeira encontrava-se vinculada ao setor rural e possuía um patrimônio produtivo remediado. A segunda é a de uma família moradora do núcleo urbano da freguesia, detentora de patrimônio fundiário, pertencente a uma irmandade religiosa e espiritualmente vinculada a vizinhos escravistas, um deles um nobre comerciante. A terceira, por fim, pertencia às rodas das elites, visto que a viúva empobrecida era qualificada como dona e seu falecido marido era um servidor real no exército, nomeado pelo vice-Rei do Brasil e espiritualmente vinculado às principais autoridades da capitania.

As trajetórias das três famílias revelam elementos indicadores de distinção social ou econômica ao longo de suas vidas, os quais não impediram, a queda para a condição de pobreza estrutural. Nos dois primeiros casos, a pobreza foi reconhecida pelo pároco, que abonou a cobrança da esmola. No terceiro, o provedor da Fazenda Real afirmou que era notória a pobreza da viúva.

A documentação disponível revelou o provável motivo para o empobrecimento dessas famílias de pequenos proprietários: a significativa desproporção de idosos e crianças em relação aos adultos, o que provavelmente tornava mais exigente o trabalho dos responsáveis pelo sustento das respectivas casas. Ao que se somam as dificuldades específicas que mulheres viúvas enfrentavam ao perder o marido e parte do patrimônio para o pagamento de dívidas. No entanto, todas as três famílias mantiveram um ou outro cativo após o falecimento do homem chefe de casa.

Se carência afetava a todos, a experiência da pobreza vivida pelas três famílias não foi igual a sofrida pela maioria dos pobres, pois elas contavam com o trabalho de homens e mulheres escravizadas. Tal dependência, se era profunda, deve ter se tornado ainda mais no momento em que a carência se

tornou presente. O que seria da vida dessas viúvas que cuidavam de muitos filhos, irmãs ou netos se não fosse o trabalho de suas cativas e cativos? Talvez a separação dos órfãos em diferentes famílias fosse inevitável.

O estudo destes casos nos faz pensar o quanto o risco de pobreza se mostrava como uma possibilidade no horizonte das famílias que viviam na América portuguesa, mesmo que detentoras de algum patrimônio. Diferente do Brasil contemporâneo, no qual dispomos de um Sistema de Seguridade Social, a partir do qual um montante dos recursos públicos é destinado às áreas da saúde, previdência e assistência social, o Brasil colonial e imperial contava com limitados instrumentos de atendimento às necessidades das famílias e indivíduos que se encontravam em situação de fragilidade econômica e social. Nossa pesquisa enfatiza que um desses instrumentos era, justamente, a posse de cativos.

Se Hebe Mattos (1995, p. 70s) e Carlos Bacellar (2001, p. 156) compararam a posse de poucos escravos por senhores idosos a uma aposentadoria, os casos ora estudados nos fazem estender semelhante comparação ao seguro-desemprego ou à pensão que atualmente conhecemos. Nesse sentido, a escravidão, entendida enquanto um modo de exploração mão-de-obra, tornou-se um recurso disponível a famílias pertencentes aos segmentos sociais intermediários destinadas a diminuir o risco de empobrecimento ou, pelo menos, mitigar as piores consequências da miséria.

### **Conclusão**

Ao longo do período do levantamento de documentos, encontramos diferentes casos nos quais indivíduos revelaram estar a passar necessidade por não poder trabalhar. Esses diferentes casos ajudaram-nos a entender a utilidade dos conceitos de pobreza propostos por Jean-Pierre Gutton e Isabel Sá. No entanto, diferentes pesquisas em história social nos ensinaram que o conjunto da população livre ou liberta, excluídas as elites, não pode ser resumida à categoria de pobre. Em realidade, as transformações ocorridas na estrutura social da América Afro-Portuguesa em fins do século XVIII permitiram a conformação de um segmento social intermediário, o que nos exigiu um

refinamento para pensar o conjunto dos pobres estudados.

A pesquisa por nomes em três bases documentais permitiu identificar a posse de cativos (ou não) por parte de 31 falecidos pobres casados ou viúvos. Os párocos, os quais conheciam essas pessoas a partir das visitas anuais realizadas para elaborar os róis de confessados, reconheceram nelas a impossibilidade de pagar a esmola relativa aos rituais funerários. Ao cruzarmos as informações elaboradas pelos párocos, pudemos identificar que 20 delas possuíam cativos. Ao compararmos a distribuição de cativos no interior desse grupo à do conjunto dos casados e viúvos da freguesia, constatamos que os despossuídos e os pequenos proprietários representavam a quase totalidade do grupo estudado. Se as pequenas posses forem tomadas por parâmetro de pertencimento à pobreza conjuntural, podemos concluir que uma parcela realmente elevada da população cairia em miséria se o chefe de domicílio não fosse mais capaz de trabalhar (GUTTON, 1978; SÁ, 2000).

Para testar se esses pobres realmente enfrentavam dificuldades, nós selecionamos três casos de detentores de três a cinco cativos, o mais enriquecido do grupo dos pobres. Nos três casos foi identificada a desproporção entre o número de bocas e o número de adultos aptos ao trabalho. Essa desproporção seria ainda maior se não fossem os cativos detidos pelas famílias. Nesse sentido, podemos dizer que o resguardo de famílias dos segmentos sociais intermediários em momentos de adversidade era garantido, em boa medida, graças ao trabalho escravizado de homens e mulheres africanos, ou destes descendentes. Mesmo na belicosa fronteira meridional da América luso-africana, a escravidão era uma instituição firmemente enraizada no imaginário e nas estratégias sociais e econômicas da plebe proprietária.

## Referências

ALMEIDA, Carla. **Ricos e pobres em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, vol. 11. Porto Alegre: Corag, 1995.

BACELLAR, Carlos. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001.

BRAGA, Isabel. A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820). **Tempo**, vol. 20, Niterói, 2014, p. 1-19.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. **Minas colonial**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

ELIAS, Roger. **Ao derramar os santos óleos**: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2013. Dissertação de mestrado.

FARIA, Sheila. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila. Mulheres forras - riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 9, 2000, p. 65-92.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Ventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Sérgio. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

FREITAS, Denize. **Para além do matrimônio**: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FREITAS, Denize; SILVA, Jonathan. Reflexões sobre a pobreza num espaço fronteiriço do extremo sul da América portuguesa (Porto Alegre, XVIII e XIX). In: RÜCKERT, Fabiano, *et al* (org.). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Rio Grande: Editora da Furg, 2019, p. 189-219.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**. Lisboa: Terramar, 1986.

GOMES, Luciano. **Camponeses e pequenos escravistas**: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2018. Tese (doutorado).

GOMES, Luciano. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-

demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação (mestrado).

GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). FRAGOSO, Joao; GOUVÊA, Maria. **O Brasil Colonial**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 339-380.

GUTTON, Jean-Pierre. **La société et les pauvres en Europe**. Paris: PUF, 1974.

HESPANHA, António. *Imbecilias*. São Paulo: Annablume, 2010.

KAMEN, Henry. **La sociedad europea (1500-1700)**. Madrid: Alianza, 1986.

LARA, Silvia. **Fragmentos setecentistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas, et al (org.). **História da família no Brasil** (séculos XVIII, XIX e XX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 51-95.

MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir dos registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). **Revista de História Regional**, 15(2), 2010, p. 160-183.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**. São Paulo: Edusp, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARQUES, Rachel. **Para além dos extremos**. Porto Alegre: ANPUH-RS; São Leopoldo: Oikos, 2018.

MATTOS, Hebe. **As cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume, 1999.

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). **Projeto Resgate de Fontes Paroquiais**: Porto Alegre e Viamão (século XVIII – Batismos e Óbitos). Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM].

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no sul da América**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

SÁ, Isabel. Pobreza. In: AZEVEDO, Carlos (org.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 456-461.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia. Gentes das ilhas no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre no período colonial. In: KÜHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo (org.). **História do Extremo Sul**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, p. 241-283.

SCOTT, Ana Silvia; FREITAS, Denise; SILVA, Jonathan; CARDOZO, José; VALADAS, Marcelo. Reflexão sobre a mortalidade em Porto Alegre (1773-1797). In: DREHER, Martin; ARENDT, Isabel; et al (orgs.). **Saúde: Corporeidade e Educação**. XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 458-470.

SCOTT, Dario. **Livres e escravizados**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SILVA, Ana Margarida; MARQUES, Adelino. Pobres, doentes e esmolados da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Coimbra, Portugal (1861-1926). **Tempo**, vol. 24, n. 2, Niterói, 2018, p. 329-348.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: **Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.

SOARES, Márcio. Manumissão e mobilidade social em Campos de Goitacazes: 1750-1830. In: BOTELHO, Tarcísio; LEEUWEN, Marco (org.). **Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 85-136.

SOUZA, Laura. **Desclassificados do Ouro**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

TAVARES, Marília. A pobreza na Ribeira Grande durante a segunda metade

do século XVI: estudo quantitativo baseado nos registros de óbito. **Arquipélago**, Universidade dos Açores, n. especial, 1983, p. 43-60.

VIDE, D. Sebastião Monteiro de. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada de Antunes, 1853.

**Recebido em:** 12 de janeiro de 2024

**Aceito em:** 25 de junho de 2024